

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE FARMÁCIA BÁSICA INTEGRADO COM APLICATIVO MOBILE DE SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE MEDICAMENTOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DEMANDADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OLINDINA/BA.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a apresentação de parâmetros e elementos descritivos para a contratação de empresa especializada em serviço de implantação, treinamento e locação de software de sistema de FARMÁCIA BÁSICA com aplicativo de solicitação de medicamentos integrado ao sistema, visando atender as necessidades demandadas pelas Secretaria de Saúde do município de Olindina - Ba, abrangendo Implantação, Conversão de Dados, treinamento de pessoal, Suporte e Manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas no sistema contratado, conforme quantitativos constantes no item 3 deste Termo de Referência.
- 1.2. Natureza da contratação: Serviço
- 1.3. Regime de execução: indireto.
- 1.4. Prazo de vigência da contratação: até o dia 31 de dezembro de 2024, a contar a assinatura do respectivo instrumento contratual.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO, DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL

A contratação de empresa para o fornecimento do objeto acima especificado faz-se necessária em vista da necessidade de serviços técnicos especializados em treinamento e implantação de software para **OS SETORES DE FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA SUPRA CITADA** do município de Olindina. Para tanto, a Administração preocupou-se em realizar um procedimento com a melhor relação custo-benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade.

A contratação de Sistemas Integrados e Informatizados de Gestão Pública é imprescindível ao bom funcionamento da máquina pública, visto que o desempenho dos sistemas torna dispensável a repetitiva prestação de serviços manuais e, a integração entre sistemas torna o serviço público mais eficiente. Para que sejam possíveis as evoluções tecnológicas, o avanço da gestão pública na disponibilização de serviços informatizados ao cidadão bem como nas áreas administrativas, a customização e otimização dos módulos obedecendo aos critérios legais pertinentes à Administração Pública e a próprias do software de gestão, é necessário contratar o que há de melhor no mercado.

A Licitação em análise afigura-se oportuna e conveniente ao interesse público, tendo em vista que o serviço de Locação de Software de Gestão Pública, objeto dessa licitação, visa informatizar as atividades da administração municipal, permitindo um efetivo controle das ações da unidade administrativas.

A Lei 14.133/21 exige que a Administração Pública demonstre a **necessidade e a vantajosidade** da contratação de bens, serviços ou obras. No caso da contratação de empresa especializada em treinamento e implantação no setor de FARMÁCIA BÁSICA, a justificativa pode se basear em diversos argumentos, como:

Melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados: o treinamento e a implantação de novas rotinas podem otimizar os processos da FARMÁCIA BÁSICA, reduzindo custos, erros e desperdícios, além de melhorar o atendimento aos usuários dos serviços de saúde.

Modernização da gestão da FARMÁCIA BÁSICA: a implantação de novas tecnologias e metodologias de gestão pode contribuir para a modernização da FARMÁCIA BÁSICA, tornando-a mais eficiente, transparente e controlada.

Capacitação dos servidores: o treinamento dos servidores da FARMÁCIA BÁSICA em novas rotinas e procedimentos pode aprimorar suas habilidades e conhecimentos, qualificando-os para melhor atender às demandas do serviço.

Adequação às normas legais: a implantação de novas rotinas e procedimentos pode ser necessária para adequar a FARMÁCIA BÁSICA às normas legais e regulatórias pertinentes à área da requisitante



Características Gerais do Sistema

1 - Aplicativos Multiusuário.

2 - Ambiente Cliente-Servidor.

3- Funcionar em rede com servidores Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2008 R2, ou superior e estações Windows XP SP3, Windows Vista, Windows 7 ou superior. Ser desenvolvido em interface gráfica padronizada e totalmente desenvolvido para funcionar em ambiente WEB.

4 - Prover efetivo controle de acesso ao aplicativo através do uso de senhas permitindo bloqueio de acesso depois de determinado número de tentativas de acesso inválidas, criptografia e expiração de senhas.

5 -Prover controle de restrição de acesso às funções do aplicativo através do uso de senhas, disponibilizando recurso de dupla custódia utilizando o conceito de usuário ou grupo autorizador, em qualquer função, selecionado a critério do usuário.

6- Em telas de entrada de dados, permitir atribuir por usuário ou grupo permissão exclusiva para Gravar e/ou Excluir dados. Registrar em arquivo de auditoria todas as tentativas bem sucedidas de login, bem como os respectivos logoff, registrando data, hora e o usuário.

7 -Manter histórico dos acessos por usuário e por função, registrando a data, hora, nome do computador e IP, o nome do usuário do sistema e também o usuário que estava logado no sistema operacional.

8- Manter log de auditoria das alterações efetuadas sobre os principais cadastros e tabelas.

9 -Permitir que sejam mostradas na inicialização informações sobre o último acesso ao sistema.

10 -Bloquear a gravação e exclusão de informações no caso de acessos simultâneos do mesmo login no sistema, mesmo a partir de computadores diferentes.

11 -Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam salvos em disco para posterior reimpressão, inclusive permitindo selecionar a impressão de intervalos de páginas e o número de cópias a serem impressas, além de também permitir a seleção da impressora de rede desejada.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

12 -Permitir que os relatórios possam ser salvos em disco de forma criptografada, evitando que possam ser efetuadas alterações em seu conteúdo.

13 -Permitir que os relatórios possam ser salvos em formato texto, de forma que possam ser importados por outros aplicativos (p.ex. MS Excel).

14 -Utilizar bancos de dados que permitam acesso padrão ODBC a partir de outros utilitários ou aplicativos como geradores de relatórios, geradores de gráficos, etc.

Possuir ajuda On-line sensível ao contexto.

15 -A consistência dos dados entrados deve ser efetuada campo a campo, no momento em que são informados.

16 -Toda atualização de dados deve ser realizada de forma on-line.

17- Garantir a integridade referencial entre as diversas tabelas dos aplicativos.

Possibilitar que os aplicativos sejam acessados por usuários remotos, utilizando a internet como meio de acesso.

18 -Possibilitar a inclusão nos relatórios em que se faça necessário, de campo destinado à assinatura do responsável pela exatidão das informações, de forma parametrizada.

19 -Permitir que os relatórios sejam gerados em formato PDF

20- Campos chaves de digitação tenha pesquisa de registros previamente gravados com opções de filtragem e ordenação.

21- O Aplicativo deverá ser totalmente integrado ao sistema de FARMÁCIA BÁSICA, permitindo a comunicação em tempo real e exclusivamente on line , para que a integridade dos dados sejam de uma forma instantânea.

22-Permitir cadastros por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas

23-Permitir cadastro de usuário por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas

24-Permitir cadastro de Fornecedores por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas

25-Permitir cadastro de Categorias por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

- 26-Permitir cadastros por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas
- 27-Permitir cadastro de Unidades por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas
- 28-Permitir cadastro de Secretarias por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas
- 29-Permitir cadastro de Órgãos por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas
- 30-Permitir cadastro de Itens por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas
- 31- Permitir cadastrar Entradas por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas
- 32-Permitir que a solicitação de medicamentos seja feita totalmente pelo sistema por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas, evitando que seja feita a solicitação manual e ou através de comunicado, Ci e outras formas de solicitação, a solicitação será feita pelo próprio setor e ficará registrado no sistema
- 33-Permitir que a baixa de solicitação possa ser alterada pelo responsável do setor de FARMÁCIA BÁSICA por centro de custos abrangendo as fontes de recursos em separadas, com isso, o responsável terá autonomia para poder alterar a quantidade pedida pelo setor.
- 34-Permitir gerar relatório de Balanço Geral por grupo de itens
- 35-Permitir gerar relatório de Entrada de Itens por grupo de itens, por nota fiscal, por item e por período inicial e final
- 36-Permitir gerar relatório de Saída de Itens por grupo de itens, por solicitantes, por item, por secretaria, por órgão e por período inicial e final
- 37-Permitir gerar relatório de Solicitação de Itens por grupo de itens, por solicitantes, por item, por secretaria, por órgão
- 38-Permitir gerar relatório de Itens Geral em ordem alfabética
- 39-Permitir gerar relatório de Itens por Grupos em ordem alfabética



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

- 40-Permitir gerar relatório de Estoque mínimo em ordem alfabética
- 41-Permitir gerar relatório de Estoque mínimo em ordem alfabética e por grupo
- 42-Permitir gerar relatório de Estoque em ordem alfabética
- 43-Permitir gerar relatório de Estoque em ordem alfabética e por grupo
- 44-Permitir gerar relatório de Estoque com saldo zero em ordem alfabética
- 45-Permitir gerar relatório de Estoque com saldo zero em ordem alfabética e por grupo
- 46- Permitir que seja gerado arquivos com extensão XML
- 47- Permitir gerar relatório de Fornecedores por estado, município em ordem alfabética
- 48- A solicitação de medicamentos será efetuada de forma ON LINE , pelo próprio sistema, com usuário solicitante logado cadastrando os itens a serem solicitados ao seu FARMÁCIA BÁSICA, com isso, dispensando o uso de solicitações em papel ou que o próprio setor de FARMÁCIA BÁSICA faça essa solicitação bem como será disponibilizado aplicativo MOBILE que poderá ser usado com a mesma facilidade e funcionalidade de poder solicitar o medicamentos pelo sistema no computador
- 49- A solicitação do medicamento deverá salvar o número do cartão do sus do paciente, evitando que o mesmo possa solicitar o mesmo medicamento em pouco espaço de tempo, salvo com autorização superior do responsável pela farmácia e com campo para justificar a dispensa do medicamento.

Assim, sugere-se a formalização de processo de dispensa de licitação para o serviço do objeto acima especificado, sob o critério de julgamento de menor valor global, visando ao atendimento dos princípios da economicidade e preservando a competitividade, lembrando que a economia de escala está sendo levada em consideração, consoante assevera o art. 18, VII c/c o art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, prevalecendo, portanto, no presente caso, a economicidade como interesse da Administração.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Os serviços deste Termo de Referência serão prestados de forma indireta.
- 3.2. Os serviços deverão ser prestados no prazo de vigência do contrato, que será até o dia 31 de dezembro de 2024, contados a partir da assinatura do contrato, com a efetivo serviços nos locais a serem definidos.
- 3.3. Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1.1. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 4.1.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço prestado, observados os procedimentos;
- 4.1.3. Encaminhar a nota de empenho para a contratada;
- 4.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 4.1.5. Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;

5. DA PROVA DE CONCEITO

5.1. Após a fase de lances, o licitante declarado **“ARREMATANTE”** deverá se submeter à demonstração da solução (PROVA DE CONCEITO - POC), no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, em local e horário a ser definido pela Administração através de convocação a ser publicada no site oficial da Prefeitura Municipal de Olinda, onde será analisada por Equipe Técnica designada para este fim específico, para verificação quanto ao atendimento às exigências editalícias, conforme Termo de Referência e seus anexos, sob pena de desclassificação.

5.2. A demonstração da solução deverá acontecer perante Equipe Técnica designada para este fim específico, formada por profissionais da área, e membros do setor de TI, a qual utilizará a planilha do Anexo I deste Termo de Referência para definição do atendimento ou não das características e obrigações da solução, que deverá atender, para efeito de classificação, no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades. Os itens não atendidos serão julgados pela Comissão, que verificará quanto a importância dos mesmos, podendo ainda desclassificar, empresa que embora tenha atingido o percentual mínimo de 95%, tenha deixado de atender algum item julgado de grande importância pela Comissão Técnica. A não demonstração da solução acarretará a automática desclassificação da licitante.

I. A demonstração permitirá a averiguação prática das funcionalidades e características dos sistemas e sua real compatibilidade com os requisitos obrigatórios especificados neste Termo.

II. Durante a Demonstração serão feitos questionamentos à LICITANTE permitindo a verificação dos requisitos constantes deste Termo de Referência.

III. A Prefeitura Municipal é facultada a possibilidade de realizar diligências para aferir o cumprimento dos requisitos.

IV. O hardware e o software necessários para a realização da Demonstração são de inteira responsabilidade da licitante habilitada, ficando sob a diligência da equipe técnica do Prefeitura Municipal por até 03 (três) dias úteis após o período de realização da referida Demonstração para a conferência dos softwares instalados no mesmo e do resultado apresentado.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

V. A configuração do hardware e software a ser utilizado na Demonstração deverá guardar similaridade ao ambiente definitivo em que a solução será implantada, não podendo superar suas especificações de capacidade.

VI. Deverão estar instalados no(s) computador(es), exclusivamente, os softwares necessários ao funcionamento da solução, conforme arquitetura definida.

VII. A instalação de softwares que produzam dúvidas quanto aos resultados obtidos, poderão levar à desclassificação da licitante.

VIII. Não será permitido durante a realização da Demonstração:

a) O uso de apresentações em telas do programa, slides ou vídeos quando tratem da confirmação das especificações funcionais;

b) A gravação de código (programas executáveis, scripts ou bibliotecas) durante e após a realização da prova em nenhum tipo de mídia para posterior uso ou complementação;

c) Aproveitamento de templates criados anteriormente.

IX. Para fins de avaliação e entendimento da solução e suas particularidades, deverão ser construídos e demonstrados os requisitos e funcionalidades especificados neste Termo, observadas as condições estabelecidas deste Edital.

5.3. Caso os referidos softwares demonstrados pelas empresas supracitadas sejam rejeitados ou reprovados, o(a) Pregoeiro(a), observada a ordem de classificação, convocará as demais empresas remanescentes (se houver) para demonstração dos seus sistemas no prazo de 02 (dois) dias úteis.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1) Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2) Os documentos assinados eletronicamente com certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil não necessitam de reconhecimento de firma, por garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.2 Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Tesouraria, Secretaria Municipal da Fazenda, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Olinda, e conter o número do empenho correspondente.

6.3 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

- 6.4 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 6.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.6 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 6.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.8 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 6.9 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 6.10 O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 6.11 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, assim considerada a menor proposta por valor global, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional);
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

7.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.4 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Além dos documentos referidos anteriormente, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Declaração que entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos, e demais profissionais não figuram empregados na gestão do Município de Olindina, conforme **Anexo II**.
- b) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal da empresa, devidamente identificado, indicando que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, estadual ou Federal, direta ou indireta, conforme **Anexo II**

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

U. O.: 0808 – Secretaria Municipal de Saúde

AÇÃO: 2004 – Manutenção de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

ELEMENTO DESPESA: 33.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica e 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - PJ

FONTE DE RECURSOS: 15001002

9. DA LEGISLAÇÃO

A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar as leis, decretos, regulamentação, portarias e normas federais, estaduais e municipais diretamente e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 12.300.484/0001-73

Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual, federal pertinente, independente de citação:

- Códigos, leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT,
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

Olindina- BA, 24 de julho de 2024.



Andrea de Macedo Santana
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 440 de 10 Maio 2023

ANDREA DE MACEDO SANTANA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N° 440/2023